



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 02/2023 - TRE-ES/PRE/DG/SJ/CGI/SBAM**1. DO OBJETO:**

Trata-se de contratação de assinaturas para acesso à plataforma digital de consulta de jurisprudência pelo TRE/ES, para 8 usuários.

2. DA JUSTIFICATIVA:

A CGI têm como uma de suas finalidades o atendimento aos Juízes, Assessores e Servidores, lotados na Sede e nos Cartórios Eleitorais, bem como ao público externo que necessite de pesquisas afetas à matéria eleitoral.

O TRE/ES disponibiliza, por meio da intranet e do Portal, as Bibliotecas Digitais - Proview, da Editora RT, Revista dos Tribunais Online e Biblioteca Digital Fórum de Livros/Del Rey de Livros, da Editora Fórum.

Entretanto, em que pese o acervo de publicações fornecidas, há, ainda, uma demanda recorrente de consulta à plataforma de jurisprudências, por parte dos servidores, assessores, membros desta Corte e Coordenadoria de Gestão da Informação (CGI), uma vez que constituem importante fonte de consulta e estudo para o desempenho de suas atividades, mormente em ano eleitoral, ocasião em que há significativo aumento na demanda de trabalho nesta Corte Eleitoral.

Tais necessidades podem ser observadas por meio dos e-mails encaminhados pelos setores interessados, que se encontram acostados aos presentes autos - 0935248, 0935258, 0935287, 0935323, 0935336, 0936009 - assim como da análise dos relatórios de acessos encaminhados pela plataforma JusBrasil referentes ao contratação que se encontra vigente 0935229.

Verifica-se, portanto, que a contratação de 8 (oito) assinaturas de consulta on-line de busca jurisprudencial, para atender a Presidência, Gabinete dos Membros Efetivos e a Coordenadoria de Gestão de Informação (SJL e SBAM), justifica-se para possibilitar a melhoria na prestação de serviços aos usuários, proporcionando o aperfeiçoamento dos trabalhos por eles desenvolvidos nos diversos setores desta Corte.

Dessa forma, obedecendo ao princípio básico da Lei 8.666/93, propõe-se, via procedimento licitatório compatível, a contratação de assinaturas anuais de plataforma especializada para fornecer, durante a vigência contratual, ferramentas de busca e compilação de jurisprudências.

3. DA ESPECIFICAÇÃO:

A assinatura da plataforma **Pesquisa Jurídica Básica** permite a consulta, a cópia e o download de Jurisprudências, Diários Oficiais, Modelos e Peças, que estão disponíveis dentro da plataforma do JusBrasil, conforme consta da proposta anexada aos autos 0935222.

4. DO LOCAL:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Seção de Biblioteca (Prédio anexo, 3º andar), Rua João Batista Parra, 575, Praia do Suá – Vitória/ES. CEP: 29052-123. Telefone (27) 2121 8669.

5. DA ESTIMATIVA DE CUSTO

O valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 2.987,52 (dois mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

6. DA PROPOSTA:

Ao encaminhar a proposta 0935222, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

7. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO:

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento, atualizando os documentos sempre que vencidos os prazos de validade;
- Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- Arcar com as despesas com transportes, estadas, alimentação e acomodações, quando e se for necessário deslocamento de pessoal;
- Fornecer todos os serviços ofertados durante a vigência do contrato;
- Supervisionar a qualidade do produto;
- Fornecer informações aos usuários sempre que solicitadas;
- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE, atendendo, de imediato, às reclamações;
- Levar, imediatamente, ao conhecimento da fiscalização a qualquer fato que impeça ou dificulte a perfeita execução do objeto contratado para adoção das medidas cabíveis;
- Proceder, quando notificada, à correção de imperfeições, falhas ou irregularidades eventualmente constatadas no produto ora contratado, desde que devidamente comprovadas, sem qualquer ônus para o TRE;
- Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato;
- Assumir inteira responsabilidade pelo seu pessoal, que não terá nenhum vínculo empregatício com o TRE;
- Substituir a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, qualquer membro da equipe técnica, cuja atuação não esteja, comprovadamente, compatível com os objetivos do contrato;
- Apresentar, mensalmente ou em outra periodicidade indicada, sempre mediante solicitação feita pela fiscalização do TRE, relatórios sobre o acesso à plataforma;
- Indicar um representante e os respectivos substitutos, para assegurar ao Contratante o bom funcionamento do produto contratado;
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo de Referência, sem prévia anuência do Contratante;
- Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Receber o objeto do contrato de acordo com o que consta neste Termo de Referência;
- Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente ao produto solicitado;
- Efetuar pagamento devido à contratada nas condições estabelecidas no contrato.
- Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa disponibilizar seu produto, dentro das normas estabelecidas no contrato;
- Indicar um representante do TRE e o respectivo substituto, para assegurar à equipe da contratada o bom funcionamento do produto contratado;
- Fornecer as informações e as orientações necessárias para a disponibilização do produto objeto do presente instrumento;
- Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades eventualmente constatadas no produto contratado;
- Solicitar formalmente, a qualquer tempo, a substituição de membro da equipe técnica da contratada, cuja atuação não esteja, comprovadamente, sendo compatível com os objetivos do contrato; e
- Efetuar o pagamento à contratada, nas condições estabelecidas no Contrato.

10. DAS PENALIDADES:

- Pela inexecução total ou parcial, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor do objeto inexecutado;
- Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato;
- Pela recusa de manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para assinatura do instrumento contratual, a Contratada sujeitar-se-á a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta.

11 . DA LEI Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

- 10.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 10.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

Em 09 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA MAYER TOTOLA BRITTO**, **Analista Judiciário**, em 09/05/2023, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0953479** e o código CRC **4BC95BC7**.